

RAÍRA SALOMÉA NASCIMENTO

LAR DE NÓS
Vidas Entrelaçadas

Viçosa - MG

Curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFV

2018

RAÍRA SALOMÉA NASCIMENTO

LAR DE NÓS

Vidas Entrelaçadas

Projeto experimental apresentado ao Curso de Comunicação Social/ Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Mariana Ramalho Procópio

Coorientador: Robson Evangelista Santos Filho

Viçosa - MG

Curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFV

2018



Universidade Federal de Viçosa
Departamento de Artes e Humanidades
Curso de Comunicação Social/Jornalismo

Projeto experimental intitulado *Lar de Nós – Vidas Entrelaçadas*, de autoria da estudante Raíra Saloméa Nascimento, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores e professoras:

Prof.^a Dra. Mariana Ramalho Procópio – Orientadora
Doutora em Estudos Linguísticos pela UFMG
Departamento de Comunicação Social UFV

Robson Evangelista Santos Filho – Coorientador
Mestrando em Estudos Linguísticos pela UFV
Departamento de Letras UFV

Prof. Dr. Rennan Lanna Masrtins Mafra
Doutor em Comunicação pela UFMG
Departamento de Comunicação Social UFV

Prof.^a Dra. Lílian Perdigão Caixêta Reis
Pós-Doutora em Psicologia do Desenvolvimento Humano pela UFBA
Departamento de Educação UFV

Viçosa, 21 de novembro de 2018

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmã, que superaram o medo da minha distância para me apoiar, dedico cada conquista alcançada nestes quatro anos. Minha irmã e meu pai foram meus motoristas em todas as visitas e entrevistas realizadas neste projeto. Participaram ativamente de cada etapa, levando e trazendo documentos, fazendo ligações, incentivando o fôlego que julgava não ter mais nos últimos dias de graduação. Mas é minha mãe a segunda autora desta obra. Para ela, confessei em outubro que não conseguia mais fazer o livro. Então, do seu jeito duro, me disse: você pode, e sabe disso. Pensamos juntas e foi com ela que decidi o tema, o título e o método de escrita, a partir de referências da minha infância que ela trouxe à tona. Com ela comemorava cada perfil escrito, e decidia qual parte delicada da vida desses meninos e meninas iria contar no livro. Para ela telefonava de madrugada, pedia conselhos de qual palavra usar e de que atitude tomar quando havia muita dúvida. Mãe, pai, Martha, hoje me torno jornalista porque vocês acreditaram em mim e caminharam comigo, segurando em minha mão. Minha família teve todo amor, mas faltava o dinheiro para me manter em Viçosa cursando jornalismo. E quando não sabíamos mais com que recurso prosseguir o primeiro ano do curso surge a bondade imensa de uma amiga que se tornou membro da nossa família. Tia Adriana me mandou mês a mês o recurso necessário para que eu cursasse a graduação com conforto e sem preocupações e a ela dedico também o orgulho que tenho de me graduar pela segunda vez, e numa das melhores universidades do país. Agradeço à Universidade Federal de Viçosa por ter me proporcionado condições de me graduar com os recursos da assistência estudantil, com os estágios na Coordenadoria de Comunicação Social, CTA e Fratevi e com as bolsas de extensão e iniciação científica tecnológica com o apoio do CNPq, esta última que me proporcionou uma premiação transformadora na trajetória acadêmica. Também à UFV agradeço a oportunidade de conhecer, conviver e aprender com pessoas tão importantes, como Brendow Fraga e o professores Rennan Mafra e Felipe Menicucci, que muito me ensinaram e me deram exemplos de profissionais da educação e da comunicação e fazem parte deste trabalho. Por fim, agradeço à professora, amiga e orientadora Mariana Procópio por me inspirar e me ensinar a ser sempre melhor; ao também inspirador, amigo e coorientador Robinho, por não medir esforços de me auxiliar neste trabalho e em outros assuntos; à professora Lilian Perdigão, por aceitar o convite de ser membro desta banca e aos amigos Caio Alberto, Mattheus Begali e Gabriela Maria da Silva por terem me auxiliado em diferentes etapas deste livro. A todos os amigos que foram família durante toda a graduação, minha eterna gratidão.

RESUMO

O livro-reportagem *Lar de Nós - vidas entrelaçadas* é um projeto experimental produzido como trabalho de conclusão de curso para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). É composto por 13 perfis de adolescentes e jovens que moram ou moraram em instituições de acolhimento da cidade de Nanuque, localizada no Vale do Mucuri, em Minas Gerais. Os relatos biográficos abordam o abandono familiar, situações de violência, adoção, entre outros temas que retratam a vida em abrigo. A experiência do jornalismo também está presente na narrativa com os relatos da autora. O livro reúne informações e dados atuais sobre os abrigos e a adoção no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo Literário; livro-reportagem; abrigos.

ABSTRACT

The non-fiction book “Lar de Nós – Vidas Entrelaçadas” is an experimental project developed as an undergraduate final work to earn the bachelor’s degree of Social Communication – Journalism by the Federal University of Viçosa – UFV. It involves 13 profiles gathered from teenagers and young adults who live or lived in orphanages of Nanuque, located in Vale do Mucuri, state of Minas Gerais – Brazil. The biographic reports address family abandonment, violent situations and adoption among other themes which picture living in a children’s home. This book collects recent data and information about orphanages and adoption in Brazil.

KEY-WORDS

Literary journalism; non-fiction book; children’s shelter.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
CAPÍTULO 1 – JORNALISMO LITERÁRIO COMO ESPAÇO DE SUBJETIVIDADE	11
CAPÍTULO 2 – ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	16
CAPÍTULO 3 – RELATÓRIO TÉCNICO	22
3.1 Pré-Produção	22
3.2 Produção	23
3.3 Pós-produção	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
ANEXOS	36

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelecem como direito fundamental a convivência familiar e comunitária. O abrigamento em instituições é uma das medidas de proteção a esse direito e deve ser de caráter excepcional e provisório. O ECA também estabelece que a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar, devendo a família, obrigatoriamente, ser incluída em programas oficiais de auxílio.

Todavia, as instruções encontradas nos dispositivos legais parecem não estar sendo materializadas no cotidiano. Segundo dados de uma pesquisa¹ realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mais da metade dos abrigados (53%) está nas instituições por um período superior a 2 anos e 20,7% deles por um período superior a 6 anos. A pobreza é o principal motivo de afastamento familiar nos abrigos do país (52%), segundo dados do IPEA.

O ECA dispõe ainda sobre a obrigatoriedade das instituições de esgotar as tentativas de reintegração da criança e do adolescente à sua família. A medida é preferencial a qualquer outra providência. No entanto, os dados do IPEA sobre instituições de acolhimento no Brasil mostram que quase não há contato entre a criança e o adolescente abrigado e seus familiares.

Situação semelhante foi encontrada por nós para a realização deste trabalho de conclusão de curso, que se constituiu na produção do livro-reportagem *Lar de nós – vidas entrelaçadas* e deste memorial. Partindo das experiências pessoais da estudante autora deste projeto, escolheu-se como objeto de pesquisa duas instituições de acolhimento da cidade de Nanuque, localizada no Vale do Mucuri em Minas Gerais: o Instituto Maria de Nazaré (Imana), com crianças de 0 a 11 anos, e o Instituto Lar Amor e Luz, com adolescentes de 12 a 18 anos. Em tais instituições, encontrou-se sujeitos e histórias de jovens, adolescentes e servidores das casas que mostraram na prática uma série de incongruências entre o ordenamento jurídico e a realidade, no tocante à situação de abrigamento em instituições. Entre algumas das maiores contradições, o parágrafo 4º do artigo 28 do ECA determina evitar, em qualquer caso, o rompimento definitivo dos vínculos fraternais, colocando grupos de irmãos sob adoção, tutela ou guarda da mesma família, realidade demasiadamente oposta ao encontrado neste projeto.

¹ A pesquisa pode ser encontrada em SILVA; AQUINO, 2005.

O tempo médio de residência em abrigo entre os entrevistados desta pesquisa é de 11 anos. Dos 10 entrevistados, oito viveram mais de 10 anos nas instituições. Se a pobreza não é a única causa de abandono, esteve presente como fator decisivo na complexa condição familiar em todos os casos abordados. Seis deles não mantêm qualquer vínculo com familiares e oito estão separados dos irmãos por adoção ou guarda em instituições diferentes.

As contradições vão além dos dados e demonstram como a infância no Brasil é desprotegida e a instituição familiar é, de longe, mais facilmente desfeita quando em situação de vulnerabilidade. Os preconceitos e estigmas acerca da adoção e sobre a população infantil e juvenil abrigada no país tornam esta realidade oculta ainda mais cruel.

Conforme o registro do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas², em 2018, 47.564 crianças e adolescentes vivem em instituições de acolhimento. Destas, 9.181 estão disponíveis para adoção. O número de pais e mães que se candidatam à adoção é de 44.783, segundo o Cadastro Nacional de Adoção (2018), mas a conta não fecha devido ao perfil exigido pelos pais a seus futuros filhos: 27,14% só aceitam meninas, 76% só aceitam crianças até 5 anos e 45% recusam filhos negros. No entanto, 66,3% das crianças e adolescentes em abrigo no país são negros ou pardos, 65% tem idade entre 7 e 20 anos e 51,4% são meninos.

O que acontece com esses 81% de crianças e adolescentes que não vão para o cadastro de adoção? E com os que passam a vida toda no cadastro e não são adotadas? E com os que são devolvidos? É a esses questionamentos que nos debruçamos a responder conhecendo alguns desses adolescentes e jovens por meio do projeto experimental livro-reportagem. A partir dos relatos biográficos desses personagens a proposta é produzir um livro-reportagem que aborde de forma mais humanizada a circunstância da criança e adolescente sem família, valorizando a experiência do contato com as fontes e de suas narrativas. A importância desse registro como um dever, conforme Medina:

A humanização das circunstâncias é um dever do mediador social: a circunstância brasileira não pode ser tratada exclusivamente por gráficos, balanços numéricos no esquematismo das tendências das elites ou das falas fáceis e por demais aleatórias do povo na rua. (1996, p.219)

² Relatório eletrônico disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/cna/publico/relatorioEstatistico.php> > Acesso em: 28 out 2018

O pouco espaço que essa discussão tem nos meios midiáticos, científicos e até populares denota o quão profundo são os estigmas presentes nessa instituição privada denominada família. Pouco se fala em adoção e menos ainda em quem não é adotado. Além disso, são silenciadas as questões sócio-históricas, como o machismo, o racismo e o patriarcalismo das famílias brasileiras, ao exigirem perfis inatingíveis e irrealis. “Para que um problema seja resolvido na nossa sociedade basta que ele permaneça invisível.”³

A população residente em instituições representa um grupo étnico, social e econômico historicamente marginalizado. Os relatos biográficos desta pesquisa são polifônicos, representando diversos grupos, entre eles o negro, a criança vítima de violência, o pobre, o menor infrator, a mãe-solo, entre outros.

Nos mecanismos de buscas aos quais se teve acesso, como *Scopus*, *Google Acadêmico*, *Academia.edu*, *Scielo*, *PudMed* e *Periódicos* da Capes foram encontradas cerca de oito pesquisas sobre a temática de instituições de acolhimento, com relatos biográficos de apenas um grupo (mulheres) ou de um personagem e sem a produção de um projeto experimental literário.

A motivação pessoal para o tema deve-se ao trabalho voluntário realizado por esta autora no Instituto Maria de Nazaré durante alguns anos. Algumas das crianças e adolescentes com quem tive contato à época são fontes dessa pesquisa. Em 2013 foi realizado por mim, em parceria com Maria Aparecida dos Santos, a pesquisa *Gestão de Custos no Terceiro Setor: uma análise sobre decisões de custeio numa instituição sem fins lucrativos*, como trabalho de conclusão de curso da graduação em Administração pela Faculdade de Nanuque. Na pesquisa foi realizado um estudo de caso sobre o Instituto Maria de Nazaré e desenvolvido um método de custeio humanizado para a instituição com a possibilidade de multiplicação para outras similares.

No decorrer desta graduação em Jornalismo o interesse pelo Jornalismo Literário e o gênero biográfico culminaram na escolha deste projeto experimental, no momento de conclusão do curso, para responder aos questionamentos que ainda permaneciam sobre o tema abordado anteriormente, uma vez que os relatos de vida podem permitir, nas palavras de Medina (1996, p.214) a “palavra reveladora de vivências profundas” que a pesquisa

³ Frase proferida pelo professor Leandro David Wenceslau na palestra de abertura do Simpósio de Integração Acadêmica da Universidade Federal de Viçosa em outubro de 2016.

anterior não havia permitido. A literatura no jornalismo oferece um arsenal de estímulos e percepções, amplia narrativas e “acima de tudo, ajuda o jornalismo a se tornar mais humano” (MEDINA, 1996, p. 215). Humanizar a pauta exige, conforme a autora, sensibilidade, interação social e criatividade para ir além da técnica e, na relação privilegiada com o outro e o mundo, criar um outro resultado simbólico. Justifica-se, assim, esta pesquisa na necessidade de ampliar horizontes sociais e pessoais a respeito deste tema, articulando as informações quantitativas já conhecidas junto à complexidade das relações humanas no ensaio de ensino e de aprendizagem.

A prática jornalística e literária do livro-reportagem é o espaço do enfoque humano pela via da escrita impressa. Esse espaço de experimentações preenche os vazios deixados pela efemeridade do jornalismo convencional. Ele contém, conforme Lima (2004), um conjunto de liberdades disponíveis que o privilegiam: a variedade temática e de angulações, a liberdade de trabalhar com um número maior de fontes, a liberdade de percorrer pelo tempo da história, a flexibilidade de escolha de eixos de abordagem e até a liberdade de propósitos do autor.

Construir as narrativas com maior liberdade autoral e ter as histórias palpáveis, em páginas, com cheiro, cor, textura e forma são fatores decisivos na escolha do livro-reportagem. Com um número maior de páginas do que numa reportagem, o livro possibilita a pluralidade de personagens e vozes sobre o assunto. Permite ainda, a inserção do autor na narrativa de forma mais evidente, o que para esta pesquisa é fundamental, uma vez que há uma relação afetiva com os personagens e um posicionamento político e de interesse sobre a temática.

O objetivo principal deste livro é visibilizar a situação de jovens e adolescentes abrigados e ampliar discussões sobre adoção na sociedade brasileira. Para alcançá-lo, pretende-se: estabelecer relações entre as desigualdades social, racial e de gênero e crianças e adolescentes acolhidos; analisar os estigmas atrelados aos residentes em instituições de acolhimento e à adoção; proporcionar um espaço sensível e valorativo por meio do livro reportagem às histórias silenciadas e silenciosas deste grupo social.

Além do livro-reportagem *Lar de nós – vidas entrelaçadas*, o trabalho de conclusão de curso é também constituído por este memorial, no qual indicamos algumas reflexões teórico-conceituais que nos foram valiosas para investigação da temática e constituição da narrativa. Também será apresentado, com detalhes, o processo de produção do livro-reportagem.

CAPÍTULO 1 – JORNALISMO LITERÁRIO COMO ESPAÇO DE SUBJETIVIDADE

A atividade jornalística compreende fruir e estudar, discutir e meditar sobre o fato surgido, os personagens que o compõem, as histórias que o cercam, a fim de procurar a palavra e o significado mais próximos possíveis do acontecido e do que continua a acontecer.

Para tanto, o jornalismo se vale do rigor no que concerne à precisão e à averiguação dos fatos. A função jornalística compreende observar a sociedade, fenômenos e acontecimentos, interessar-se pelas histórias a serem contadas; coletar dados e relatos de pessoas, documentos, instituições, e toda sorte de fontes; fazer um exame cuidadoso das informações, apurando a veracidade e legitimidade da pesquisa. Com tudo isso em mãos, o jornalista deve empenhar-se em alargar os horizontes e por meio do gênero jornalístico escolhido, ser um mediador social ao reportar de forma precisa aquilo ou aqueles com que/quem teve contato.

Mas, na compreensão dos homens há o espaço da subjetividade. Ao reproduzir histórias, o jornalista, como todo indivíduo, imprime as marcas de suas vivências. Onde nasceu, as experiências que viveu, o lugar de fala que ocupa como negro, branco, mulher, homem, jovem, velho, rico ou pobre e todas as circunstâncias que modificam a nossa forma de olhar o mundo compõem a subjetividade daquele que narra. E por mais esforço que faça para ser indiferente, neutro ou imparcial, faz recortes, seleções e escolhas que são parte do exercício jornalístico.

Para além do domínio das técnicas jornalísticas, como a pesquisa, a entrevista e o amplo conhecimento do uso da língua, o jornalista precisa desempenhar a linguagem do mediador social e dominar a entrevista como ferramenta humanizadora, articular com sensibilidade as informações colhidas. Na entrevista, que envolve dimensões de subjetividade tanto do entrevistado quanto do entrevistador, é possível criar um outro resultado. Ambos se modificam, um sabe mais um pouco sobre o outro e o que se colhe dali não é retrato objetivo da realidade, mas o resultado desta troca (MEDINA, 1996).

Para conferir maior humanização às narrativas, a reportagem pode incorporar aspectos da literatura, sem deixar de ser informativa. O uso da função conotativa da linguagem, para além da função denotativa comum no jornalismo, o uso da criatividade e sensibilidade na articulação das informações colhidas e uma certa carga poética para narrar um acontecimento são, para Medina (1996), características da literatura que podem

enriquecer um relato jornalístico e revelar vivências profundas. O jornalismo literário surge a partir desta apropriação para atender a necessidade de uma prática jornalística menos superficial. Edvaldo Pereira Lima o conceitua como:

Modalidade de prática da reportagem de profundidade e do ensaio jornalístico utilizando recursos de observação e redação originários da (ou inspirados pela) literatura. Traços básicos: imersão do repórter na realidade, voz autoral, estilo, precisão de dados e informações, uso de símbolos (inclusive metáforas), digressão e humanização. (LIMA *apud* VILAS BOAS, 2008, p.64)

A reportagem, enquanto uma evolução da notícia, propicia, conforme Lima (2004), profundidade dos fatos e, conseqüentemente, a ampliação dos relatos simples. A notícia é a comunicação simples de um fato atual ou atualizado, obedecendo à vigência de um grupo social específico. A reportagem é a mensagem jornalística contextualizada, permitindo a interpretação e a compreensão de maior alcance. Ela tece as ocorrências, a rede de causas e efeitos, reconstitui o presente no passado e no futuro, enquanto a notícia fixa o já e relata individualmente os fatos. Este gênero jornalístico (a reportagem) não deve ser entendido apenas como um processo de decifração dos códigos e linguagens, mas também como um ato narrativo que tenta tocar a substância humana.

A reportagem ganha a classificação de grande-reportagem quando busca a compreensão ainda mais aprofundada do tema e incorpora características de narrativa, humanização e objetividade dos fatos a um texto de natureza impressionista. A grande-reportagem tem a possibilidade de construir um retrato humano em que surge a emoção e se desfazem os mitos, a partir de um diálogo interativo entre entrevistado e entrevistador (LIMA, 2004).

Ancorada nos preceitos do jornalismo literário, ao longo do tempo, a grande-reportagem passa a ganhar independência dos gêneros jornalísticos tradicionais, como a entrevista (informativo) ou as colunas (opinativo). Adota, então, contornos de livro, constituindo o que Lima (2004, p.1) nomeia de livro-reportagem: “um veículo de comunicação jornalística que desempenha um papel específico de prestar informação ampliada sobre fatos, situações e ideias de relevância social”.

O livro-reportagem possibilita experimentações dificilmente vistas nos periódicos, avançando na extensão e no aprofundamento do relato para permitir um entendimento mais amplo da questão em exame, sem as marcas do imediatismo, da periodicidade e das fórmulas

simples de construção, como as pirâmides (técnica de construção do texto jornalístico a partir da disposição das informações) e o *lead* (trecho do texto jornalístico que deve responder às perguntas O quê? Quem? Como? Onde? Quando? Por quê?).

Desde a metade do século XIX jornalismo e literatura intersectam-se. Até os primeiros anos do século XX confundem-se com a presença expressiva da arte literária em suas páginas e de escritores em suas redações. Edvaldo Pereira Lima (2004) distingue o livro-reportagem das demais publicações literárias por seu compromisso de informar, interpretar e/ou investigar e por suas marcas de precisão e clareza. Contudo, não deixa de considerá-lo parte da categoria literária, por absorver elementos da escrita literária, como o estilo de expressão e o ritmo narrativo, adaptando-os aos episódios sociais.

A narrativa do livro-reportagem, portanto, não deve ser a transcrição do ritmo previsível de começo e fim da informação, mas sim, deve recriar o fluxo pulsante do acontecimento narrado, da consciência e dos traços dos personagens envolvidos. Dessa forma, a narrativa é entendida por Lima (2004, p.138) como uma sequência de acontecimentos “que capta, envolve o leitor, conduzindo-o para um novo patamar de compreensão do mundo que o rodeia e, tanto quanto possível, de si mesmo, pelo espelho que encontra nos seus semelhantes retratados pelo relato”. O autor complementa que:

[o livro-reportagem] propõe ao leitor uma viagem aos valores, às realidades de outros seres e de outras circunstâncias, de modo que encontre naqueles, traços que são universais à humanidade como espécie. Isto é, o livro-reportagem sugere que o indivíduo se estenda, percebendo desdobramentos de aspectos do seu universo particular transmutados no universo coletivo. É também uma proposta de autodescoberta do Eu naquilo que tem de porção coletiva do Nós (LIMA, 2004, p.144).

Na sua obra, Lima (2004) aponta técnicas de tratamento da linguagem que podem ser empregadas na narrativa de um livro-reportagem e demonstra como o relato deve carregar o substrato emocional e ambiental, adquiridos pela observação e pela transparência do autor com o leitor. Os recursos são: a) narração, onde se encontram os elementos essenciais: *situação* do acontecimento, *intensidade* (dimensão emocional do acontecimento) e *ambiente* (traços que cercam o fato); b) descrição, onde há a representação particularizada de seres, objetos e ambientes em um instante narrativo; c) exposição, onde há a apresentação de um fato e suas circunstâncias, causas e efeitos. O jornalismo literário permite uma maior maleabilidade desses recursos se comparado a outras modalidades jornalísticas. (LIMA, 2004)

O autor ainda aponta o uso de diferentes funções da linguagem, previstas pela gramática, no livro-reportagem. O mais comum deles é a alternância entre a função referencial, em que há um relato mais direto, e a expressiva, na qual sentimento, opiniões e personalidades são evidenciadas no texto. Essa combinação na narrativa jornalística aproxima-a das formas narrativas das artes e, segundo Lima (2004), lhe confere melhor qualidade.

Na mesma obra, Lima (2004) apresenta propostas de classificação para livros-reportagem, baseadas no objetivo e na natureza do tema abordado. São elas: livro-reportagem-perfil; depoimento; retrato; ciência; ambiente; história; nova consciência; instantâneo; atualidade; antologia; denúncia; ensaio e viagem. Neste projeto, atemo-nos ao livro-reportagem-perfil e ao livro-reportagem-denúncia, uma vez que as características das duas classificações podem ser encontradas no produto: a primeira por buscar evidenciar um personagem anônimo ou público por suas experiências ou feitos – no caso de um anônimo, representando um determinado grupo social – e a segunda por seu propósito de investigar e discutir injustiças, abusos de entidades privadas e governamentais, assim como falhas de segmentos da sociedade.

A partir da escolha destas duas categorias para apresentar relatos de um grupo social negligenciado, no caso crianças e adolescentes abrigados, optamos por organizar o livro-reportagem deste projeto em perfis. Para Vilas Boas (2002, p.93), o perfil “é um texto biográfico que narra episódios e circunstâncias marcantes da vida de um indivíduo”.

Entretanto, para a autora Eliane Brum, uma das referências que inspiram este trabalho, “a palavra é desde sempre insuficiente para abarcar a vida e aquele que escreve se condena ao fracasso. Se esta é a maldição, é também a beleza pungente dessa busca” (BRUM, 2017, p.72). A partir disso podemos compreender que o perfil não se compromete a contar a vida inteira de um personagem, nem conseguiria fazê-lo, uma vez que apresenta fragmentos da história e ainda sofre interferências da ressignificação por ambos os envolvidos no processo.

Nesta perspectiva, conforme Vilas Boas (2008), o texto biográfico, em seus diferentes gêneros, também é composto pela vida do biógrafo. Se podemos entender uma biografia como a leitura de alguém sobre a história do outro, por mais fiel que seja, o biógrafo não apenas é orientado pelos fatos como também os organiza dando suas impressões. Expor o *making off* desse processo biográfico, mostrando as escolhas, aquilo que não foi feito por algum motivo e as subjetividades dessa vivência, é um meio de perceber como a narrativa

biográfica não é senão um olhar, franco e livre, e não deve ser confundida como a junção de fatos verdades.

Acerca disso, Vilas Boas (2008) enumera algumas práticas equivocadas, comumente associadas às biografias, que podem comprometer as histórias do biografado ou a interpretação do leitor. As três primeiras dizem respeito às ideias de biografias como verdade absoluta do biografado; da obrigatória linearidade cronológica das histórias de vida e da omissão do processo criativo do biógrafo, conforme comentado anteriormente. A quarta limitação refere-se ao determinismo da descendência, no qual a hereditariedade justificaria de forma reducionista a trajetória do personagem. No livro-reportagem deste projeto o conceito de descendência poderia culpabilizar os pais pelas circunstâncias de vida dos biografados. A quinta aborda a propensão ao fatalismo, rumo imutável na vida dos personagens, que também poderia suscitar uma interpretação determinista. No produto deste projeto, o fatalismo poderia selar todos os destinos a partir de seu começo comum: a vivência em abrigo. A sexta limitação, segundo o autor, é a prática comum de se atribuir algo extraordinário e heroico à vida dos personagens. Em narrativas de vida como as que compõem este livro-reportagem podem haver situações compreendidas como exemplos de superação, por isso o cuidado para não as explorar. Consciente dessas possíveis interpretações, tentamos evitar abordagens e construções biográficas que tendessem a tais limitações

A escrita biográfica é um ato humano e espiritual, pois trata de humanidades sentidas e vividas. Conforme Vilas Boas (2002, p.165), “por se tratar da experiência de viver, a biografia visa o conhecimento das realidades humanas e deve [...] iluminar os valores essenciais e o sentido que cada um de nós atribui à vida”. As biografias sugerem o universal embutido na particularidade de um indivíduo. E é exatamente isso que este livro-reportagem tenta alcançar: o universo dos abrigos, dos indivíduos abrigados no Brasil a partir das histórias de 13 pessoas. Nas palavras de Lima (2004, p.197), propor “uma reflexão direta ou sugerida de um tema representativo de valores duradouros”. Que os leitores possam se projetar em vidas sequer imaginadas antes e, que ao retornarem ao presente, possam reconhecê-las como integrantes da sociedade, detentoras de direitos e, visibilizado este contexto social, possam se mobilizar para revertê-lo.

CAPÍTULO 2 – ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

A Constituição Federal de 1988, no art. 227, rege sobre o dever da família, da sociedade e do Estado em assegurar a toda criança, adolescente e jovem os direitos fundamentais à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, bem como de protegê-los de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. O parágrafo terceiro do mesmo artigo estabelece as condições para proteção especial quando os direitos acima não são cumpridos. Essa proteção se dá pelo acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado.

Em todo país 47.564 crianças e adolescentes vivem em instituições de acolhimento, conforme o registro do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (2018). Não obstante a proibição em lei, a pobreza é o motivo mais comum entre todos esses abrigamentos. Segundo pesquisa realizada pelo IPEA (SILVA; AQUINO, 2005), mais da metade (52%) das crianças e adolescentes abrigados foram retirados das famílias por motivos relacionados à pobreza. Esta foi a razão exclusiva para 24,1% dos casos. Os outros motivos foram: violência doméstica (12%); dependência química de pais ou responsáveis (11%); vivência de rua (7%) e orfandade (5%). Por isso, termos como orfanato ou reformatório não devem ser utilizados para nomear instituições de acolhimento.

Cerca de 4 mil entidades oferecem o serviço de acolhimento no Brasil. Para organização deste trabalho, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído em 1990, estabeleceu princípios norteadores no art. 92. São eles:

I- preservação dos vínculos familiares; II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem; III – atendimento personalizado e em pequenos grupos; IV – desenvolvimento de atividades em regime de coeducação; V – não desmembramento de grupos de irmãos; VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; VII – participação na vida comunitária local; VIII – preparação gradativa para o desligamento; IX – participação gradativa para o desligamento. (BRASIL, 2012, p. 40-41)

O serviço de acolhimento pode ser ofertado em diferentes modalidades: abrigos institucionais; casas-lares; famílias acolhedoras; e repúblicas (BRASIL, 2008). As casas-lares são uma modalidade de acolhimento oferecida em unidades residenciais, nas quais pelo

menos uma pessoa ou casal trabalha como cuidador/educador e reside na instituição. É também destinado a crianças e adolescentes de 0 a 18 anos sob medida protetiva de abrigo. Família acolhedora é a modalidade de acolhimento em residência de famílias voluntárias. O serviço ainda é pouco difundido no Brasil. República é a modalidade que oferece apoio e moradia a jovens entre 18 e 21 anos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e em desligamento de serviços de acolhimento. A república tem tempo de permanência limitado e funciona como um estágio na construção da autonomia e independência dos usuários (BRASIL, 2008).

As duas instituições que compõem este livro-reportagem, isto é, o Instituto Maria de Nazaré (Imana) e o Instituto Lar Amor e Luz correspondem ao tipo abrigo institucional. Este serviço oferece acolhimento, cuidado e espaço de desenvolvimento para grupos de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos sob medida protetiva de abrigo, ou seja, em situação de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. Essa modalidade pode ainda oferecer acolhimento a situações específicas como: acolhimento de adolescentes grávidas ou com filhos; acolhimento de adolescentes sem vínculos familiares; atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua; e serviço de casa de passagem, para acolhimento emergencial.

A instituição Lar Amor e Luz foi criada no ano de 2011 pela administração municipal de Nanuque, no Vale do Mucuri, para atender adolescentes com faixa etária entre 12 e 18 anos incompletos (17 anos e 11 meses), de ambos os sexos. Entre julho de 2017 e julho de 2018 a equipe era formada por uma coordenadora, um assistente social, uma psicóloga, 4 educadoras e 8 auxiliares de educador. O caráter do acolhimento é em regime provisório a adolescentes que estejam em situação de risco pessoal e social. No entanto, o tempo de permanência dos abrigados é imprevisível, podendo se estender por anos, até que completem a maior idade ou tenham condições de subsistência. A instituição está em consonância com a política social definida pelo município, fundamentada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na Lei Orgânica da Assistência Social e nas diretrizes nacionais em vigor, como o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Durante o período de um ano de contato com a instituição, o número de adolescentes vinculados variou de 9 para 8, com a saída de duas adolescentes e a chegada de outro, sempre abaixo da capacidade de 12 jovens na casa. Dos oito adolescentes, 6 aceitaram conceder entrevista. Entre os servidores, uma educadora e uma auxiliar de educação foram

entrevistadas, e entre a equipe técnica, apenas o assistente social não estabeleceu contato com a autora deste projeto experimental.

O Lar Maria de Nazaré teve início em 1991 como instituição filantrópica de acolhimento a famílias desabrigadas. Em 1991 amplia o trabalho ao regime de creche e em 1995 dá início ao serviço de acolhimento como abrigo institucional a crianças de 0 a 18 anos incompletos. Em 2011 a instituição passa a se chamar Instituto Maria de Nazaré (Imana) e, por intervenção jurídica do Ministério Público, reduz o atendimento a crianças de 0 a 12 anos, transferindo gradativamente os adolescentes para a recém-criada instituição Lar Amor e Luz (SANTOS; SALOMÉA, 2013). O Imana não foi visitado durante este projeto experimental, mas está presente nos relatos de 10 entrevistados e foi o local onde esta autora conheceu a maior parte dos personagens do livro, há mais de uma década.

O Estatuto da Criança e do Adolescente também estabelece, no art. 19, o direito de toda criança ou adolescente ser criado e educado em família e, excepcionalmente, em família substituta, desde que sem a presença de dependentes de substâncias entorpecentes e garantida a convivência comunitária. O parágrafo primeiro do mesmo artigo afirma que toda criança ou adolescente inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional deve passar por reavaliação judicial a cada seis meses, a fim de possibilitar a reintegração familiar ou colocação em família substituta. No parágrafo segundo é estabelecido o tempo máximo de dois anos de permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento, exceto se comprovada a impossibilidade de retorno à família.

A perda ou suspensão do poder familiar são decretadas judicialmente, conforme art. 24, nos casos previstos na legislação civil e quando descumpridos os deveres e obrigações acima referidos. A falta de recursos financeiros não pode ocasionar a destituição familiar. O parágrafo único desse mesmo artigo afirma que a criança ou adolescente deve permanecer na família e esta, obrigatoriamente, ser incluída em programas oficiais de auxílio (BRASIL, 2012).

A manutenção dos vínculos familiares é uma das mais recorrentes falhas identificadas nos serviços de acolhimento. No caso dos abrigos por nós visitados e das histórias lá conhecidas, a ausência dos familiares, conforme relatos da equipe técnica e dos abrigados, é um dos principais empecilhos para o vínculo. Os motivos da ausência vão desde o desaparecimento dos pais; o desinteresse de irmãos, tios e outros familiares e impossibilidades diversas justificadas a cada tentativa de contato pela coordenação da instituição. Foi também relatada a aparente falha das instituições em assegurar a

permanência do contato por meio de telefonemas ou visitas, por parte de alguns de nossos entrevistados. O desmembramento dos grupos de irmãos também ocorreu em alguns casos, por decisão judicial em adoções, ou desligamento por maioria, descumprindo os artigos 28 e 92 do ECA.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda estabelece, ainda, outros sete princípios que estruturam o serviço de acolhimento: 1. excepcionalidade do afastamento do convívio familiar; 2. provisoriedade do afastamento do convívio familiar; 3. preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; 4. garantia de acesso e respeito à diversidade e não discriminação; 5. oferta de atendimento personalizado e individualizado; 6. garantia de liberdade de crença e religião; 7. respeito à autonomia da criança, do adolescente e do jovem (BRASIL, 2008).

As instituições de acolhimento, conforme diretrizes do Conanda, devem contemplar em seu projeto político-pedagógico, entre outros aspectos, a garantia de uma atitude receptiva e acolhedora no momento da chegada, adaptação e permanência do abrigado; uma relação afetiva e individualizada com cuidadores; e a organização de registros sobre a história de vida e desenvolvimento de cada criança / adolescente. Este último deve conter registros individuais com histórico de vida, motivo do acolhimento, documentação pessoal, informações sobre o desenvolvimento (físico, psicológico e intelectual), relatos sobre a rotina, vida escolar, socialização, necessidades emergentes e encontro com familiares.

No caso dos abrigos abordados neste trabalho, atividades extras e participação na vida comunitária foram identificadas durante a observação participante e os relatos em entrevistas, embora ainda limitadas às opções gratuitas, atividades religiosas, escolares e cívicas, concessões de bolsas para cursos e à convivência com pouquíssimos vizinhos. A preparação e participação no desligamento se deu em alguns casos, embora nem sempre eficazes para a continuidade das condições mínimas de sobrevivência fora do abrigo.

Outro aspecto do projeto-pedagógico a ser contemplado pelas instituições de acolhimento é a infraestrutura física dos abrigos, que deve seguir o padrão arquitetônico das residências da região onde se situa e ser similar a um lar, prezando pelo aconchego, segurança, privacidade e interação entre seus moradores (BRASIL, 2008).

Dessa forma, é fundamental para o processo de acolhimento da criança e do adolescente que ele identifique o abrigo como um ambiente privado, como sua casa, tornando mais natural a experiência de moradia. Nas instituições há quartos, sala, cozinha, área de lavar, entre outros ambientes e objetos que comumente compõem uma residência

familiar. Para Michelle Perrot (2009, p. 298 e 299), o lar é “o cenário da vida privada e das aprendizagens mais pessoais, tópico das recordações de infância, [...] o sítio de uma memória fundamental que nosso imaginário habita para sempre”. Dessa forma, além de uma identificação pela estrutura física, há ainda um reconhecimento emocional no qual a casa é o espaço onde se materializam as relações na troca com o outro e na relação do indivíduo consigo mesmo.

Na obra *História da Vida Privada*, Edelman (1984 *apud* PERROT, 2009) aborda a necessidade identitária dos indivíduos em se circunscrever a um lugar fixo, em se sentir parte de um lar:

A casa, o domicílio, é a única barreira contra o horror do caos, da noite e da origem obscura; encerra em suas paredes tudo que a humanidade pacientemente recolheu ao longo dos séculos; opõe-se à evasão, à perda, à ausência, pois organiza sua ordem interna, sua civilidade, sua paixão. Sua liberdade desabrocha no estável, no contido, e não no aberto ou no infinito. Estar em casa é reconhecer a lentidão da vida e o prazer da meditação imóvel [...]. A identidade do homem é, portanto, domiciliar; e eis que o revolucionário, aquele que não possui eira nem beira, e, portanto, nem fé nem lei, condensa em si toda a angustiada vagabundagem [...]. O homem de lugar nenhum é um criminoso em potencial (EDELMAN, 1984 *apud* PERROT, 2009, p.285)

Embora identificados como um lar, os abrigos ainda são uma instituição pública e não contemplam o anseio de meninos e meninas pela casa com família ou pela casa própria com a maioridade. Nas palavras de Perrot (2009, p.286), “a residência é moral e política [...] Ter seu lar é o meio e a marca da autonomia”. Para a autora, ser livre começa na escolha de seu próprio lar e essa aspiração teria razões diferentes entre homens e mulheres. A casa seria onde o homem, ainda inseguro na sociedade, reconhece sua dignidade como chefe de família. Para as mulheres, a casa estaria vinculada à ideia do casamento.

Catherine Hall (2009) aborda a mesma temática a partir do histórico esforço das instituições religiosas, de ensino e filantrópicas pela moralização das mulheres e dos pobres por meio da instituição da família. Valores domésticos foram e são pregados às mulheres, de modo especial, às jovens sem pais e às mulheres de classe operária, deferindo-lhes os lugares possíveis: serem empregadas nas casas dos superiores ou esposas respeitáveis em sua própria casa. Para receber assistência filantrópica, conseguir um emprego ou um casamento era, e ainda é considerado, o merecimento a partir da conduta respeitável das mulheres (HALL, 2009). Essa construção de feminilidade também se fez presente nos

relatos biográficos do livro-reportagem deste projeto. Desde a devolução de algumas meninas adotadas, justificada pela desaprovação a uma conduta considerada imprópria, ao anseio comum entre elas pelo casamento como meio para deixar o abrigo.

As relações de gênero estão presentes também na adoção. Entre os 44.783 candidatos a pais registrados no Cadastro Nacional de Adoção (2018), 27,14% só aceitam meninas no perfil de filhos. A idade e a cor também são escolhidas: 76% só aceitam crianças até 5 anos e 45% recusam filhos negros. Cerca de 62% dos pretendentes a pais especificam no cadastro de adoção só aceitarem crianças sem nenhuma doença. Considerando os dados do CNA apresentados, faz-se necessário conhecer o perfil da população abrigada no país, que se distancia expressivamente da expectativa dos pretendentes a pais: das 47.564 crianças e adolescentes registrados no Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (2018), 66,3% das crianças e adolescentes em abrigo no país são negros ou pardos, 65% tem idade entre 7 e 20 anos e 51,4% são meninos.

A disparidade entre perfil exigido e o perfil real é um dos principais fatores para tornar tão desigual a espera de 9.181 crianças e adolescentes disponíveis para adoção. A média é de 5 candidatos a pais para cada menor disponível. Quanto maiores são as exigências para o perfil do adotado, mais tempo o processo demora, que tem duração prevista de um ano e meio. No entanto, só fazem parte do Cadastro Nacional de Adoção 19% da população em abrigos. Um dos motivos é a ausência de processo na Justiça. Cerca de 45% das crianças e adolescentes estão nos abrigos sem conhecimento judicial, em total contradição com o ECA, que estabelece um prazo de dois dias úteis para que os responsáveis pelos abrigos comuniquem a Justiça dos casos de acolhimento sem prévia medida judicial. Outro motivo é que 89% ainda estão juridicamente vinculados às famílias biológicas (SILVA; AQUINO, 2005).

Dessa forma, cerca de 81% das crianças e adolescentes em abrigos estão impedidos de serem conduzidos a família substitutas. Sendo assim, elas chegam até a maioridade sem perspectiva de acolhimento fora da instituição, o que faz com que a medida de abrigamento se estenda até depois dos 18 anos, para que o jovem consiga concluir os estudos básicos, empregar-se e ter condições de subsistência. Segundo o Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (2018) existem 5.644 jovens com mais de 18 anos nos abrigos pelo Brasil.

CAPÍTULO 3 – RELATÓRIO TÉCNICO

Este capítulo descreve as etapas de produção deste projeto, dividido em três fases: a pré-produção, período de definição do tema, leituras referenciais e contatos primários com as fontes; a produção, período de visitas, entrevistas e elaboração do livro-reportagem; e a pós-produção, etapa de revisão e impressão do material.

3.1 PRÉ-PRODUÇÃO

O processo de produção deste projeto experimental teve início no primeiro semestre de 2017, quando foi apresentada à professora Mariana Procópio a proposta de realizar, sob sua orientação, um livro-reportagem com moradores e ex-moradores das instituições de acolhimento da cidade de Nanuque. Com o aceite, deu-se então início à leitura de outros livros-reportagem sobre relatos de vida de grupos em vulnerabilidade para familiarização com a temática e o produto propostos. Desta forma, durante todo o processo, até a conclusão deste memorial, foram realizadas reuniões presenciais e via Skype com orientadora e coorientador.

Em 28 de julho do mesmo ano foi realizada a primeira visita ao Instituto Lar Amor e Luz em Nanuque. Foi apresentada à direção da instituição a proposta de trabalho e a carta de recomendação da professora. As entrevistas foram autorizadas e agendadas para a data de retorno à cidade, em dezembro. Na mesma visita, ainda em julho, foi reestabelecido o contato com alguns adolescentes já conhecidos e a primeira aproximação aos demais residentes. A proposta foi apresentada a todos eles, que também deram resposta positiva às entrevistas, excetuando os dois adolescentes mais jovens, que não se interessaram. Nos meses seguintes foi reestabelecido o contato via internet com um jovem ex-morador do Instituto Maria de Nazaré. O rapaz residia na cidade de São Paulo no período do primeiro contato.

No mês de dezembro foram feitas as leituras e fichamentos de obras acerca da entrevista em profundidade e do jornalismo literário para subsidiar a produção do memorial e do livro-reportagem e a realização prática das entrevistas. Nesse período, duas jovens deixaram a instituição Lar Amor e Luz e apenas com uma delas foi reestabelecido, posteriormente, o contato fora do abrigo. De 28 a 31 de dezembro foram feitas visitas diárias

à instituição em horários variados para adaptação à rotina da casa e aproximação aos funcionários e adolescentes.

Essas visitas fazem parte da metodologia de pesquisa participante. Conforme Peruzzo (2009, p.1), esse método “consiste na inserção do pesquisador no ambiente natural da ocorrência do fenômeno e de sua interação com a situação investigada”. Comum nos campos da antropologia, sociologia e comunicação, o pesquisador observador participante deve acompanhar e viver a situação em que se insere seu objeto de pesquisa e, apenas em casos excepcionais, deixa de ser apenas observador para se tornar membro do grupo. Ele também é autônomo e pode registrar informações e interpretações sobre o que foi observado sem interferências do grupo. Comumente a pesquisa participante vincula-se “a setores populares, visando a sua inclusão social como atores do processo de conhecimento e beneficiários dos resultados encontrados” (PERUZZO, 2009, p.9).

Para além de práticas metodológicas, as visitas foram fundamentais para a aproximação com os adolescentes e servidores e para conhecer melhor o funcionamento da instituição e as relações entre seus membros. Foram iniciadas as primeiras conversas, descobertas as primeiras características de cada personalidade e estabelecidos os primeiros laços de confiança. Durante as visitas jogamos, brincamos, comemos e conversamos sobre temas diversos, como escola, programação da televisão, rotina, gostos e preferências, considerando ser importante e respeitoso saber mais sobre o presente antes de conversar sobre o passado dos adolescentes.

3.2 PRODUÇÃO

Em janeiro de 2018 foram realizadas seis visitas ao Lar Amor e Luz (16, 17, 22, 24, 27 e 28/01) e sete entrevistas. Durante essas visitas foram coletados endereços de antigos moradores do Lar Amor e Luz e do Instituto Maria de Nazaré. Outras quatro entrevistas foram realizadas fora da instituição com ex-moradores (06, 17 e 30/01). Em fevereiro foram feitas mais quatro visitas e três entrevistas no abrigo (02, 03, 05 e 07/02). Entre a equipe técnica, composta por psicóloga, assistente social e coordenadora, apenas o assistente social não concedeu entrevista. Na equipe de educadores e auxiliares (12 pessoas), uma representante de cada função foi entrevistada. A escolha foi feita por esta autora por afinidade e disponibilidade de tempo da equipe. No dia 06 de fevereiro foi realizada a última entrevista, com um ex-morador, fora da instituição.

Para realização das entrevistas orientou-se, conforme Duarte (2009), pelo tipo aberta, não-estruturada, com questão central e abordagem em profundidade. Esse método permite intensidade nas respostas e “uma construção baseada em relatos da interpretação e experiências” (*ibidem*, p.63). Para Buitoni (1986, p. 39) a entrevista em profundidade utiliza “a vivência do entrevistado de maneira longitudinal, buscando encontrar padrões de relações humanas e percepções individuais, além de interpretações sobre a origem e o funcionamento dos fenômenos sociais”. A complexidade de toda entrevista é descrita por Medina (1996) como a tentativa de torná-la um diálogo no qual a profundidade do contato enriqueça a técnica simples e resulte em uma produção simbólica que não é retrato nem matéria, mas testemunho literário. Esse trato subjetivo dado à entrevista torna pautas e questionários fechados insuficientes.

Para seleção das fontes foram utilizados conceitos de Duarte (2009) que versam sobre o envolvimento da fonte com o assunto, sua disposição em falar e diversificação das histórias e vivências. Utilizou-se a “seleção por conveniência, quando as fontes são selecionadas por proximidade ou disponibilidade” e a “seleção intencional, quando o pesquisador faz a seleção por juízo particular, como conhecimento do tema ou representatividade subjetiva” (DUARTE, 2009, p. 69).

As fontes entrevistadas por este projeto experimental seguem descritas abaixo com os nomes fictícios utilizados no livro-reportagem:

Egressos do Instituto Maria de Nazaré e Lar Amor e Luz (Imana):

Marcela* - chegou ao Instituto Maria de Nazaré ainda bebê. Foi adotada aos 4 anos por uma família em Nanuque e sofreu violência sexual do pai adotivo até os 13 anos, quando ele foi preso. Retirada do convívio familiar, foi levada ao Lar Amor e Luz onde morou até os 19 anos, quando deixou a instituição para residir com a irmã. Marcela tem diagnóstico de problemas mentais.

Joana* – chegou ao Imana muito pequena e morou até os 15 anos. Recebeu autorização judicial para se casar. Sofreu violência doméstica até os 21 anos, quando deixou o marido e procurou a Justiça para assumir a guarda da irmã Marcela. Está desempregada e vive em uma casa alugada. A única fonte de renda é a aposentadoria da irmã.

Luciano* – tem 21 anos e morou no Instituto Lar Maria de Nazaré por mais 10 anos, junto com mais quatro irmãos. Seus pais eram alcoólatras. Deixou o instituto em 2014 para morar com irmãos em Nanuque e posteriormente em São Paulo. Regressou à Nanuque em 2017 para cuidar dos pais, ainda alcoólatras.

Bianca* - morou durante toda a infância no Imana e saiu antes dos 18 anos para morar com o namorado que atuava no tráfico de drogas. Reside atualmente em um ponto de venda e uso de drogas, numa localidade extremamente pobre e violenta da cidade. Tem dois filhos e estava grávida de quatro meses no momento da entrevista. O pai do bebê está preso. O filho mais velho, de 5 anos, mora no Imana. Única entrevista em que não pode ser utilizado o gravador por se tratar de um primeiro contato. Bianca agendou o dia para a entrevista, mas não compareceu. Foi decidido não insistir na entrevista por se tratar de um local e vínculos de risco.

Moradores do Lar Amor e Luz:

Felipe* - tem 19 anos e foi levado para o Imana aos seis anos junto de duas irmãs. Os três eram criados pela avó devido a problemas psicológicos que a mãe teve após o parto. Uma tia alcoólatra batia nas crianças, na avó e na mãe. A mãe foi levada para um asilo. Lá sofreu violência sexual e deu à luz uma menina, que hoje mora no mesmo abrigo que os irmãos viveram, Imana. Felipe já recebeu a carta de desligamento, documento que encerra a medida de abrigamento no Lar Amor e Luz, mas aguarda terminar o último ano do ensino médio e estabilizar-se em um emprego para deixar a instituição.

Leila* - tem 14 anos e cicatrizes profundas por todo o corpo. A história que conhece é de que a mãe prostituta a entregou para o suposto pai, um traficante da cidade. Leila foi criada por este homem e por suas esposas. Após diversos casos de espancamento e possível abuso sexual, a família foi denunciada ao Conselho Tutelar e a menina levada ao Imana junto da irmã por parte de pai em agosto de 2017. No fim do ano foi transferida para o Instituto Lar Amor e Luz. A irmã regressou à família.

Júlio* - tem 13 anos e foi levado para o Lar Amor e Luz em 2017. A mãe, usuária de drogas, perdeu a guarda de todos os filhos. Júlio morou com os irmãos mais velhos, fugiu de casa, e morou na rua. Voltou a morar com a mãe, mas foi deixado por ela na casa dos patrões. A mãe teve um bebê durante este período.

Renata* - tem 16 anos. Foi levada quando pequena para o Instituto Maria de Nazaré junto de sete irmãos. Não se lembra dos pais e não mantém nenhum vínculo familiar. Aos 12 anos foi adotada por uma família da cidade de Nanuque, mas aos 15 foi devolvida. Desistiu de um processo de adoção. Dos sete irmãos, três moram hoje com Renata no Lar Amor e Luz, três foram adotados e uma faleceu com câncer.

Bruno* - tem 18 anos e foi levado para o Imana ainda pequeno, com sete irmãos, após serem abandonados pelos pais. Está no último ano do ensino médio, faz estágio e aguarda concluir a escola e conseguir emprego para deixar a instituição. Já recebeu a carta de desligamento.

Rodrigo* - foi levado aos seis anos para o Imana. Para Rodrigo, a mãe fugiu e o pai morreu uma semana depois que o Conselho Tutelar o levou para o abrigo. Segundo informações dos servidores da instituição Lar Amor e Luz, a mãe assassinou o pai da criança e fugiu após o crime. Aos 12 anos, Rodrigo* foi transferido para o Lar Amor e Luz onde começou a se envolver com tráfico. Com a morte do amigo, também morador da instituição, o rapaz evadiu da casa durante seis meses até ser preso, aos 17 anos, no Centro Socioeducativo da cidade de Teófilo Otoni por envolvimento com tráfico e suspeita de assassinato. Depois de dois meses foi solto por falta de provas.

Funcionários do Lar Amor e Luz:

Célia* - é monitora há 5 anos na instituição, a mais antiga. Desde então não tirou férias. É mãe solo de dois rapazes. Faz uso do diálogo para ter boa relação com os jovens.

Rosa* - trabalha há 4 anos na instituição, sem férias. É casada e mãe de duas jovens. Utiliza das habilidades na cozinha para ganhar a confiança dos jovens.

Coordenadora - está na coordenação da casa há um ano. É quem detém a guarda dos menores residentes na casa. Na entrevista abordou assuntos técnicos de constituição, mudanças previstas para o instituto em 2018 e o modo como trabalha com os jovens.

Psicóloga - atua há 8 meses na casa em regime de orientação, sem clínica. Na entrevista abordou como trabalha e o que pensa sobre os jovens.

Para realização das entrevistas as fontes foram orientadas a escolher local, dia e horário que melhor preferissem. A primeira entrevista foi realizada com a fonte mais conhecida, Luciano*, como orienta Duarte (2009), para testar o método e aperfeiçoar a condução. As entrevistas com as fontes oficiais – coordenadora e psicóloga – foram realizadas mais ao final, quando o volume de informações obtidas era maior.

No momento das entrevistas apresentou-se às fontes novamente a proposta de trabalho e a possibilidade de não responder o que não quisessem. As entrevistas foram gravadas pelo aplicativo Gravador de Voz no aparelho celular Moto G2 da autora e as observações foram anotadas em um diário de campo. Iniciou-se cada entrevista com os dados básicos e uma pergunta abrangente – em vários casos “Você se lembra quando chegou ao Lar?” ou ainda “Do que você lembra da sua família antes de ir para o Lar? –, estimulando o relato livre e franco de como a fonte recordava, de como se sentiu, ou do que pensava sobre algum acontecimento ou assunto.

A densidade dos assuntos relatados, como violência sexual, drogas, e prostituição, bem como o receio dos adolescentes de serem expostos, foram algumas das adversidades enfrentadas nas entrevistas. As entrevistas com Joana* e Bianca*, com as quais esta autora não teve nenhum contato anterior, foram as de maior dificuldade e resistência. Foi preciso tentar vencer os distanciamentos sociais buscando, por exemplo, um vocabulário mais informal; bem como lidar com empatia com o medo dos adolescentes de olhar nos olhos e a vergonha de falar sobre sentimentos e fatos sobre si. Procurou-se respeitar o desenvolvimento da narrativa e retornar quando algum assunto importante era apenas comentado, a fim de aprofundá-lo.

A narrativa biográfica é um exercício que se faz pela lembrança. Portanto, a lembrança é o principal elemento dos relatos coletados nesta pesquisa. Mas não como retrato fiel do passado, mas sim como reconstrução e ressignificação do pensamento com as experiências de agora, repovoando a consciência. Mais do que os próprios acontecimentos, os relatos tratam das representações do que aconteceu. Como afirma Gabriel García Marquez (*apud* VILAS BOAS, 2002, p.7) “a vida de uma pessoa não é o que lhe aconteceu, e sim o que ela lembra e como lembra”.

O processo de escrita deste memorial e do livro-reportagem teve início em janeiro de 2018, a partir das anotações realizadas durante e após as entrevistas e a partir das leituras realizadas. O processo de transcrição integral dos áudios das entrevistas ocorreu em agosto do mesmo ano. Os relatos biográficos foram organizados no livro-reportagem como perfis.

Na classificação de Lima e Medina, eles podem ser compreendidos como perfis humanizados que “se caracterizam pela abertura e proposta de compreensão ampla do entrevistado em vários aspectos, do histórico de vida ao comportamento, dos valores aos conceitos” (MEDINA *apud* LIMA, 2004, p.93).

Durante esta etapa foram escolhidos objetos marcantes nos relatos ou representativos dos momentos de entrevista e visitas para ilustrar os perfis, a capa e demais capítulos do livro-reportagem. A escolha pessoal desta autora foi fundamentada pelas ideias de Orest Ranum (2009, p.211) sobre a associação das emoções aos objetos e espaços. Segundo o autor a “lembração-espaço”, como os cômodos da casa, e a “lembração-objeto”, como uma bicicleta, um biscoito, tem significados particulares no tempo e no espaço de cada indivíduo, mas podem ter seus sentidos codificados e compreendidos pelos outros. Quem escreve não pode reconstruir os significados íntimos daquele objeto ou lugar, mas pode, por meio destes, visitar a intimidade a eles atrelados.

O íntimo nunca é um dado: é preciso procurá-lo além dos comportamentos codificados e das palavras. O que pertencem à esfera do íntimo está em todos os lugares e em todos os objetos que encarnam as emoções e os afetos humanos. Assim, impõe-se uma arqueologia dos locais privilegiados do íntimo e dos objetos relíquia que provocam esses locais (RANUM, 2009, p.211).

A escrita do livro-reportagem foi finalizada em outubro de 2018, contendo prefácio e 13 perfis. Não obstante ao previsto, a criação dos perfis foi a etapa mais difícil de todo o projeto e extrapolou as datas estimadas inicialmente para conclusão. Foi utilizada a narrativa em primeira pessoa, uma vez que os perfis mesclam as histórias de vida dos adolescentes e as percepções desta autora na relação interposta. Foram priorizados na narrativa os momentos da retirada da família, da chegada ao abrigo, das adoções e saídas, além de fatos marcantes nos relatos. Os diálogos são descritos pela autora em todos os perfis e, em alguns momentos, são reproduzidos *ipsis litteris* em trechos entre aspas ou em formato de pergunta e resposta ao longo do texto.

Para o prefácio foi escolhido por esta autora dialogar com o leitor e apresentar a proposta do livro-reportagem. O último perfil, sobre a vida de J*, uma fonte desconhecida pela autora, funciona como o epílogo do livro-reportagem, por se tratar de uma história de vida que, infelizmente, foi encerrada e que perpassa os relatos de várias outras fontes do livro.

Em outubro também foram elaborados pela artista Débora Médice os desenhos que ilustram o livro. A partir de cada entrevista foram identificados objetos ou outros elementos que marcaram os relatos ou a situação de diálogo, como telefone e varal de roupas. Eles foram apresentados à ilustradora junto às histórias completas. Após ler todos os perfis, Débora elaborou os desenhos da capa, contracapa e dos 13 perfis em lápis e caneta preta, sem preenchimento, como pedido (vide Anexo).

A escrita deste memorial foi finalizada em novembro, organizado em três capítulos: o primeiro sobre o gênero escolhido, dissertando sobre livro-reportagem, entrevista em profundidade e a subjetividade do jornalismo literário; o segundo, a respeito da temática abordada, observando leis e diretrizes que versam sobre as instituições de acolhimento, dados sobre a população abrigada, sobre adoção no Brasil e breve análise acerca do conceito de lar; o terceiro capítulo, com relatório técnico do projeto experimental.

As etapas de produção deste projeto, desde as primeiras visitas, a observação participante na instituição até a realização das entrevistas, eclodiram em experiências únicas para biógrafa e biografados. Segundo Dewey (1980), toda experiência é composta de emoções que emergem da relação com o meio e com os outros. A natureza dessa experiência pode ser coletiva, mas a qualidade é individual e marca a subjetividade de cada ser, de modo que, a cada vez que é lembrada, é revivida e pode ser ressignificada. Dessa forma, os sujeitos estão constantemente vivendo experiências e se transformando por elas. A narrativa é uma das formas de organizar a experiência. Há diversos elementos – materialidades – que transportam os seres de um lugar para uma experiência e ativam memórias e noções de presença.

Entendido como um fenômeno da experiência, o acontecimento pode revelar campos de sentidos complexos. Ele não é um fato, mas o sentido dos fatos. Ele demarca um antes e depois na experiência e pode auxiliar a compreender a experiência, atribuindo-lhe o que demanda de atualidade (QUERÉ, 2002). Todos esses conceitos elucidam as reações de alguns entrevistados ao recordar as experiências vividas durante o acontecimento da entrevista, a sensibilidade necessária ao fissurar o tempo da experiência e trazer à tona o tempo do abandono e da violência, que não ficaram no passado. Esclarecem ainda a importância da organização da experiência em narrativa para os entrevistados, bem como as ressignificações possíveis, ao que, como autora, não tenho o menor controle. Endossam ainda o recurso da memória e da oralidade como construções da história de vida/experiência, que se atualiza no acontecimento presente. Por fim, ajudam a compreender como a

construção do livro-reportagem é uma experiência que se faz da/na relação com os entrevistados e como não é possível ter o controle de como o leitor, o autor e o entrevistado vivenciam essa experiência.

3.3 PÓS-PRODUÇÃO

Nesta etapa, realizada durante os meses de outubro e novembro de 2018, o livro-reportagem e este memorial passaram por revisões da professora orientadora do projeto, Mariana Procópio, e do coorientador, Robson Santos Filho. O projeto gráfico do livro-reportagem foi elaborado pela editora Letícia Santana Gomes, também natural da cidade de Nanuque. Seguindo a identidade que motiva o livro (casa, lar, intimidade e histórias que se cruzam) ela empregou a ideia de colcha de retalhos para a capa e contornos de texto utilizando *Adobe InDesign CC 2018* e os tipos *Aller Light* e *Learning Curve*.

Com contribuição de Felipe Menicucci, foi proposto que as informações extras, como dados oficiais e informações sobre abrigos, fossem organizadas nas páginas do livro em boxes e, estes, fossem ligados ao texto por trechos ou palavras destacadas. Desta forma, Letícia dispôs os boxes nas laterais das páginas.

O produto final foi impresso em 5 cópias no mês de novembro pela Gráfica e Editora Colibri (StarCom Ltda.) em Belo Horizonte com as seguintes especificações: capa 28,4 x 21cm, 4x0 cores em Couche Brilho 250g; miolo com 74 páginas, 14x21cm, 1 cor em Pólen Soft 80g; lombada com 4mm, colado com cola Hot-melt e laminação brilho; com as seções agradecimentos, epígrafe, prefácio, 12 perfis e um perfil epílogo, lista de obras consultadas e informações sobre as autoras do livro, das ilustrações e do projeto gráfico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições de acolhimento no Brasil desempenham discretamente a responsabilidade de criar, por tempo excessivo, crianças e adolescentes vindos de realidades complexas e diversas. Reunidos, os filhos sem família compõem um novo grupo social que não cabe no tradicionalismo brasileiro. Negros e pobres em maioria, atestam que a desigualdade tem cor neste país. Meninos e meninas, bebês e jovens adultos sem perspectiva fazem parte do perfil dos acolhidos. O abrigo é o lar improvisado, a casa em espaço público, que deve prover o que a Constituição e o Estatuto da Criança garantem aos menores. O retorno à família é prioridade em lei, mas ocorre na minoria dos casos. A adoção encontra dificuldades a começar da lista de preferências no cadastro de candidatos a pais, passando pela burocracia para o registro dos abrigados e para a destituição do vínculo familiar, até chegar aos casos de desistência ou segundo abandono por parte de famílias adotivas despreparadas.

Este livro-reportagem teve como objetivo visibilizar e ampliar discussões sobre essa realidade. Para alcançá-lo, elencamos os índices de gênero, cor, idade, condição de saúde e condição financeira da população abrigada e os perfis do Cadastro Nacional de Adoção (2018) para atestar a desigualdade como uma das principais causas de acolhimento institucional e de permanência nos abrigos. Analisamos também alguns estigmas atrelados às crianças e adolescentes acolhidos, como a agressividade, entre outros. E, por fim, proporcionamos um espaço sensível e valorativo às histórias silenciadas e silenciosas deste grupo social.

Como em todo projeto, as expectativas iniciais se diferem do resultado final. Houve dificuldade em algumas entrevistas pelo receio dos jovens e no processo de transcrição das entrevistas, uma vez que não havíamos previsto 12 horas de gravações. A escrita dos perfis foi, de fato, a mais difícil etapa pela responsabilidade em escrever sobre assuntos densos e pessoais de fontes conhecidas e pela carga emocional envolvida no processo criativo. Com as etapas de produção já avançadas, surgiram contatos de fontes egressas das instituições que não puderam ser entrevistadas para não comprometer os prazos do trabalho, que já estavam limitados. O processo de revisão passou por quatro etapas, o que exigiu dedicação intensa para o aprimoramento do material. Para impressão houve grande dificuldade em encontrar gráficas que realizassem as especificações pedidas.

Este livro-reportagem envolveu, além dos entrevistados, equipes de trabalho das duas instituições de acolhimento e uma equipe de apoio da autora, que financiou e colaborou com o livro e que proporcionou o transporte em diferentes etapas deste projeto, desde as idas aos locais das entrevistas e visitas até o transporte do material impresso em Belo Horizonte. Diferentes expectativas o envolvem, mas, de modo geral, a oportunidade de conhecer essas histórias de vida e dividi-las com outras pessoas é a mais importante para mim.

Devido à complexidade do tema e dos relatos colhidos muitos assuntos poderiam ter sido abordados neste projeto, como o sofrimento psíquico e as constantes situações de ruptura vivenciados pelos abrigados; a rotatividade dos funcionários das instituições de acolhimento; a culpabilização das famílias, entre outros. No entanto, não faz parte de nossos objetivos esgotar a temática neste trabalho, mas sim, apresentar um breve relato teórico-conceitual dos subsídios para a elaboração do livro. Essas questões podem ser tratadas em pesquisas futuras.

Após a análise da banca, serão feitas as possíveis correções do livro-reportagem e do memorial. Serão feitas novas impressões que serão distribuídas às duas instituições de acolhimento, à biblioteca pública do município de Nanuque, às fontes com as quais ainda tenho contato e a familiares e amigos. Pretendo concorrer a editais e concursos de publicação de livros e inscrevê-lo para apresentação no Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Intercom.

Concluo a graduação em jornalismo com este trabalho que me remonta ao lugar de onde vim e do qual senti saudade todos os dias durante esses quatro anos. O livro me retorna também ao princípio que me trouxe a esta graduação, de utilizar o jornalismo como meio de contar histórias que denunciam o que há de mais cruel no nosso modelo de sociedade. A experiência demonstrou também como o conhecimento teórico é importante, mas não é suficiente sozinho para o contato com o outro no exercício da entrevista em profundidade e da escrita biográfica. Por fim, *Lar de Nós vidas entrelaçadas* é o nó que sela meu compromisso pessoal e profissional de defender a igualdade de direitos entre os grupos sociais oprimidos e o combate a todo tipo de preconceito que insiste em não reconhecer a grandiosidade de todas as histórias de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL (2010). **Estatuto da criança e do adolescente**: lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata[recurso eletrônico]. – 9. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 207 p. – (Série legislação; n. 83).

BRASIL (2008). Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, 2008. 61 p.

BRASIL (2012). Conselho Nacional de Justiça. **Panorama Nacional A Execução das Medidas Socioeducativas de Internação Programa Justiça ao Jovem**. Disponível em:<http://www.cnj.jus.br/images/pesquisasjudiciarias/Publicacoes/panorama_nacional_d_oj_web.pdf> Acesso em: 27 out. 2018.

BRUM, Eliane. **Meus desacontentamentos** – A história da minha vida com as palavras. São Paulo: Editora: Arquipélago Editorial. 128 páginas. 2017.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Texto-documentário: espaço e sentidos**. Livre-Docência. ECA -USP, 1986.

CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA. **Nota de esclarecimento: Corregedoria contesta reportagem que abordou temática da adoção em SC**. Disponível em:<<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/86404-nota-de-esclarecimento-corregedoria-contesta-reportagem-que-abordou-tematica-da-adocao-em-sc>> Acesso em: 27 out. 2018.

CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO. Conselho Nacional de Justiça. Relatório eletrônico. Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/cna/publico/relatorioEstatistico.php>> Acesso em: 28 out 2018

CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDAS. Conselho Nacional de Justiça. Relatório eletrônico. Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/cnca/publico/>> Acesso em: 28 out 2018

DEWEY, John. **Experiência e natureza**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. – 3 reimpr.- São Paulo: Atlas, 2009.

HALL, Catherine. Sweet Home. In: PERROT, Michelle (Org.) **História da Vida Privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 47-78.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA (2017). **Retrato das desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_d_e_genero_raca.pdf> Acesso em: 20 set 2018

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Barueri, SP: Manole, 2004.

MEDINA, Cremilda. **Povo e personagem**. Canoas: Ed. Ulbra, 1996.

PERROT, Michelle. À margem: solteiros e solitários. In: PERROT, Michelle (Org.) **História da Vida Privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 268-283.

_____. Maneiras de Morar. In: PERROT, Michelle (Org.) **História da Vida Privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 284-301.

PERUZZO, Cicilia M. K. Observação Participante e Pesquisa-ação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.) **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

QUÉRÉ, Louis. **Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento**. Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Lisboa, 2002.

RANUM, Orest. Os refúgios da intimidade. In: CHARTIER, Roger (Org.) **História da Vida Privada, 3: Da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.211-262.

REZENDE, Guilherme. A responsabilidade civil em caso de desistência da adoção. **Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Paraná**, Curitiba, Sintática Editorial Comunicação Ltda, ano 1 - nº 1, dez./ 2014. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/mppr/revista_juridica_mppr_n01_2014.pdf> Acesso em: 22 out. 2018.

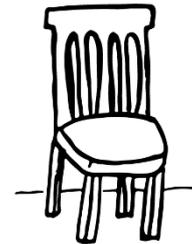
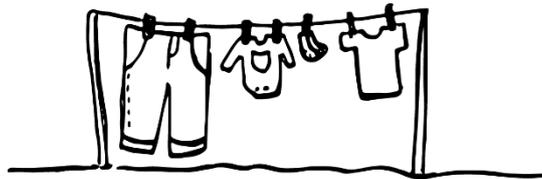
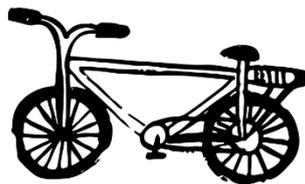
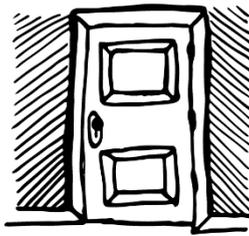
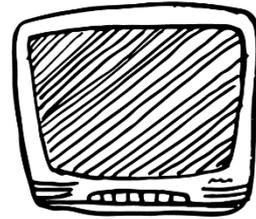
SANTOS, Maria Aparecida. SALOMÉA, Raíra Saloméa. **Gestão de custos no terceiro setor: Uma análise sobre decisões de custeio numa instituição sem fins lucrativos**. 2013. 91 f. Monografia (Graduação em Administração) – Faculdade de Nanuque, Nanuque-MG, 2013.

SILVA, E. R. A.; AQUINO, L. M. C. **Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária**. IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Políticas sociais - acompanhamento e análise, [S.L], ago. 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ENSAIO3_Enid11.pdf> Acesso em: 25 out. 2018.

VILAS BOAS, Sergio. **Biografias & Biógrafos: jornalismo sobre personagens**. São Paulo: Summus, 2002.

_____. **Biografismo:** reflexões sobre as escritas da vida. São Paulo:
UNESP, 2008.

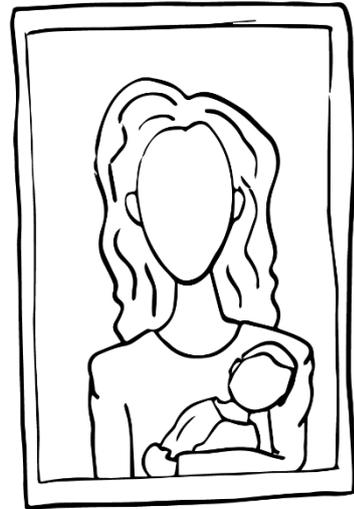
ANEXO A - Ilustrações miolo



26
10
18
DEBS...

ILUSTRAÇÕES - LAR:

ANEXO B - Ilustrações capa



26
10
18
DEBS...



ILUSTRAÇÕES - LAR.

